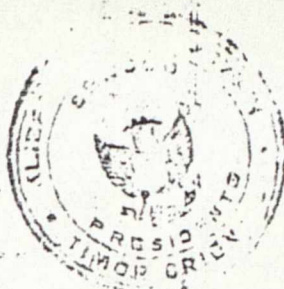


7.975

TL311

A Sua Excelência o

Presidente da República da Indonésia



TO 311

Nos, o povo de Timor Oriental, legítimo dono e senhor da parte oriental da ilha de Timor e suas dependências nomeadamente as que incluem a ilha de Atauro, o ilheu de Jaco e o enclave de Oe-Xussí, temos a maior honra e satisfação em dirigir a Sua Excelência o Chefe de Estado da República Indonésia a seguinte

P E T I Ç ã O

- a. Atendendo à manifesta incapacidade do Governo de Portugal em desenvolver o processo de descolonização de Timor Oriental de harmonia com as linhas programáticas da Revolução Portuguesa anunciadas internacionalmente;
- b. Atendendo que devido ao fracasso das autoridades portuguesas em efectuar uma descolonização concordante com a efectiva realidade socio-política da população de Timor Oriental;
- c. Atendendo que devido à conduta exclusivamente pessoal de alguns oficiais das Forças Armadas de Portugal que, servindo-se dos seus cargos responsáveis, proporcionaram condições para o desencadear de assassinios em massa no seio da população timorense oriental;
- d. Atendendo a que devido ao exposto na alínea anterior o Povo de Timor Oriental está em vias de ser completamente aniquilado, torando-o, conseqüentemente, urgente defendê-lo e prestar-lhe as necessárias assistências em todos os campos;
- e. Atendendo a que a esmagadora maioria do Povo de Timor Oriental nutre e sente fortes vínculos de sangue e de identidade étnica e moral com os povos da Nação Indonésia;
- f. Atendendo a que a Independência do território de Timor Oriental como nação soberana não é susceptível de concretização devido ao avanço do Comunismo e à destruição quase total pelos comunistas das estruturas subjacentes a uma possível independência;
- g. Atendendo à imediata necessidade de obstar a maior derramamento de sangue, provocado por inimigos do exterior que se infiltraram em Timor Oriental ao serviço de uma potência estrangeira de orientação comunista;

Nos, o Povo de Timor Oriental e suas dependências, solicitamos por este meio a Sua Excelência o Chefe de Estado da República da Indonésia que autorize a Integração do nosso território na Nação Indonésia segundo o imediato articulado:

Os artigos que imediatamente se seguem devem ser incluídos no documento da Declaração de Interação.

- Art. 1 - Proclamamos a Integração na República da Indonésia segundo os artigos seguintes.
- Art. 2 - Constitui condição "sine qua non" a aquisição de nacionalidade indonésia por todos os indivíduos que constituem a população de Timor Oriental e suas dependências.
- Art. 3 - Exceptuam-se apenas os indivíduos que por virtude da sua condição desejem permanecer cidadãos dos respectivos Estados de origem.
- Art. 4 - Os indivíduos que permanecerem cidadãos do outro Estado, após o Ato de Integração, comprometem-se solenemente a respeitar e a cumprir todas as leis da República da Indonésia.
- Art. 5 - O Povo de Timor Oriental e suas dependências requerem ao Governo da República da Indonésia a prática de ações tidas por convenientes e necessárias no sentido de serem completamente detectados e neutralizados todos os indivíduos que a voz pública considere serem comunistas ou simpatizantes de qualquer tipo de doutrina comunista evidente ou camuflada.
- Art. 6 - Os indivíduos autóctones de Timor Oriental que se encontram no estrangeiro e que demonstrarem através das suas ações ou conduta apoiarem ou militarem na Fretilin, não poderão regressar a Timor Oriental antes que estejam decorridos pelo menos 15 anos.
- Art. 7 - So em casos muito especiais poderão existir condições que possibilitem uma apreciação individual no sentido de diminuir ou eliminar o prazo estipulado no artigo antecedente.
- Art. 8 - Os indivíduos autóctones de Timor Oriental que se encontrem no estrangeiro e que não apoiarem ou militarem na Fretilin, poderão, se tanto o desejarem, requerer a cidadania indonésia através das Missões Diplomáticas da República da Indonésia espalhadas pelo Mundo.
- Art. 9 - No entanto, carece de concessão prévia por parte dos serviços competentes, a autorização para o estipulado no artigo anterior.
- Art. 10 - Os indivíduos que desejarem manter a nacionalidade portuguesa serão para todos os efeitos considerados cidadãos estrangeiros.
- Art. 11 - O território de Timor Oriental constituirá a 27.ª Província do Estado Indonésio com Parlamento Provincial próprio.
- Art. 12 - Os membros do Parlamento Provincial elegerão entre si, de acordo com as autoridades indonésias centrais, o futuro Governador da 27.ª Província.
- Art. 13 - Os membros do Parlamento da 27.ª Província serão designados pelo Povo de Timor Oriental de acordo com a legislação indonésia e através dos partidos políticos existentes na República da Indonésia.

- Art. 14 - O Governo da República da Indonésia decretará as providências adequadas para atender às circunstâncias peculiares do território ora integrado na República da Indonésia.
- Art. 15 - O Governo da República da Indonésia atenderá o facto de subsistir a língua portuguesa e consequentemente aceitar-la nas relações entre pessoas individuais e colectivas.
- Art. 16 - O Governo da República da Indonésia respeitara as tradições do Povo de Timor Oriental dedicando especial carinho pela conservação dos usos e dos costumes, incluindo os diversos dialectos de grande interesse antropológico existentes ou em via de desaparecimento.
- Art. 17 - O Governo da República da Indonésia respeitara o princípio da existência da propriedade privada dos cidadãos.
- Art. 18 - O Governo da República da Indonésia proporcionara condições para que os estudantes timorenses orientais que escolham a nacionalidade indonésia possam prosseguir os seus estudos.
- Art. 18 - Os estudantes que se encontram no estrangeiro em vias de conclusão dos seus estudos receberão o necessário auxílio até concluírem os seus cursos. Este auxílio fica condicionado ao facto de não terem sido militantes ou simpatizantes da Prolifin.
- Art. 19 - Os timorenses orientais residentes no estrangeiro e que reúnam condições adaptáveis ao artigo n. 3 poderão regressar ao território da República Indonésia a expensas dos Consulados ou Embaixadas da República da Indonésia.
- Art. 20 - O Governo da República da Indonésia respeitará todas as crenças religiosas.
- Art. 21 - O Governo da República da Indonésia atenderá todos os direitos até agora adquiridos pelos funcionários que estiveram a serviço para e sob a ex-administração colonial portuguesa.
- Art. 22 - O Governo da República da Indonésia, no tocante à cobertura sanitária e assistência materno-infantil, dedicará o interesse às necessidades locais de Timor Oriental, segundo o que vigorar em vigor para cada uma das províncias indonésias.
- Art. 23 - O Governo da República da Indonésia desenvolverá uma política económico-social para o território da 27.ª província segundo o critério de tratamento possibilitado pela política do Estado Indonésio.
- Art. 24 - O Governo da República da Indonésia proporcionara as necessárias autorizações de acordo com a legislação vigente, com o fim de as ofertas de investimento estrangeiro já feitas e a fazer para algumas zonas de Timor Oriental, poderem ser concretizadas.
- Art. 25 - Os funcionários civis e militares da ex-administração portuguesa serão mantidos ao serviço no território de Timor Oriental.
- Art. 26 - Para o caso dos militares a transferir para as fileiras das Forças

Art. 27 - A população de Timor Oriental subordina-se e iniludivelmente aos princípios do PANCAJILA, repudiando consequentemente todas as doutrinas de feição comunista.

Art. 28 - O Povo de Timor Oriental jurará em cerimónias solenes em todos os pontos do território a sua inteira e voluntária lealdade aos símbolos da Pátria Indonésia.

Art. 29 - A partir da celebração pública da Declaração de Integração o Povo de Timor Oriental tacitamente encami para todo e sempre qualquer tipo de autoridade reclamada ou a reclamar pelo Governo de Portugal ou seus representantes.

Art. 30 - Para que não restem quaisquer dúvidas perante a opinião internacional solicita o Povo de Timor Oriental que a Declaração de Integração seja publicamente firmada perante convidados especiais e representantes das organizações de comunicação social nacional e estrangeiras.

Art. 31 - O Povo de Timor Oriental solicita ao Governo da República da Indonésia que todos aqueles que se distinguiram pela preservação do ideal timorense oriental ou reconstrução de seus irmãos da parte ocidental do Timor, sejam publicamente homenageados.

Território do Povo de Timor Oriental, 7 de Setembro de 1975. (12h 20)

(BATUSALE)

VIVA A REPUBLICA DE INDONÉSIA !

VIVA OS PRINCÍPIOS DO PANCAJILA !

VIVA A 27 PROVÍNCIA INDONÉSIA !

Por UDT-União Democrática Timorense

(PRESIDENTE)

Francisco A. Lopes da Cruz

Por UDT-União Democrática Timorense

(Comité Assuntos Económicos)

António A. Lopes da Cruz

Por UDT-União Democrática Timorense

(Comité Trabalho e Acção Social)

António A. Lopes da Cruz

Por KOTA-Klibur Oan Timur Aswain

(Secretario-Político)

António A. Lopes da Cruz

Por KOTA-Klibur Oan Timur Aswain

(Membro do Directorio)

António A. Lopes da Cruz

Por KOTA-Klibur Oan Timur Aswain

(Comité Acção Política)

António A. Lopes da Cruz

Por PARTIDO TRABALHISTA

(Representante Presente)

António A. Lopes da Cruz

Por PARTIDO TRABALHISTA

(Representante Presente)

António A. Lopes da Cruz

Por PARTIDO TRABALHISTA

(Representante Presente)

António A. Lopes da Cruz

